

RESUMO EXECUTIVO da A T A

1
2
3 Aos sete dias de outubro de 2008, às 09h, reuniram-se na sede da Secretaria de Meio
4 Ambiente, situado à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, prédio 06 sala do CONSEMA,
5 conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme
6 estabelecido no Ofício de Convocatória – Plenária CBH-AT, nº 66/08 – Sec. Exec./CBH-AT.
7 A plenária do CBH-AT deliberou e encaminhou: O Senhor Presidente do CBH-AT Clóvis
8 Volpi, representando o segmento municípios, Prefeito Municipal da Estância Turística de
9 Ribeirão Pires, deu as boas vindas saudando a todos e abrindo os trabalhos, apresentou o
10 Engº Marcelo de Souza Minelli, Diretor de Controle de Poluição Ambiental da Cetesb, como
11 Secretário Executivo do CBH-AT dando posse ao novo Secretário. **Foi aprovada a Ata da**
12 **reunião anterior ocorrida aos vinte e oito de julho de 2008**, com a retificação que o
13 professor Hirata pertence ao Instituto de Geociências. Pelo item informes, Marco Antônio
14 Palermo Vice-Presidente (ABRH) relembrou o convite feito na reunião anterior para o 2º
15 Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste, promovido pela Associação Brasileira dos
16 Recursos Hídricos, na cidade do Rio de Janeiro de 14 a 19 de outubro com o tema
17 "Monitoramento, modelagem, sistemas de alerta de suporte a decisão e a base para a
18 gestão dos recursos hídricos", em setembro realizaram o Congresso Mundial da Água onde
19 apresentaram o sistema brasileiro de recursos hídricos, em especial os processos da
20 participação Sociedade Civil Organizada nos órgãos gestores, e comunicou que o próximo
21 Congresso Mundial da Água será realizado no Brasil. Maria Emília Botelho, Secretária
22 Executiva-Adjunta (Cetesb) informou que distribuíram o Jornal Correnteza com notícias
23 atualizadas, e que a Sabesp comunicou a criação da Superintendência de Gestão
24 Ambiental, e solicitava sua inclusão como convidado no CBH-AT com o representante Engº
25 Silvio Renato Siqueira, Gerente do Departamento, informou ainda que o 10º Congresso
26 Nacional do Comitê de Bacias Hidrográficas ocorrerá no Rio de Janeiro de 10 a 14 de
27 novembro com o tema "O fortalecimento da gestão participativa das águas" onde o CBH-AT
28 estará representado. Edmundo Garcia (P.M de São de Paulo) comunicou o encaminhamento
29 à mesa diretora dos trabalhos a moção de apoio pela cobrança pelo uso da água a ser
30 realizada no ano de 2009. O Presidente disse que tratariam do tema. Seguindo a pauta, pelo
31 item apresentação pelos Coordenadores das Câmaras Técnicas sintetizando os trabalhos
32 desenvolvidos, Jorge Rocco (representando a Secretaria Executiva do Alto Tietê) pelo
33 Grupo Técnico da Cobrança disse que estavam trabalhando nos valores dos coeficientes
34 ponderadores referentes as parcelas da cobrança que refere a captação, ao consumo e ao
35 lançamento. Para a consolidação das informações para o cadastro específico da cobrança
36 CBH-AT tratativas estão sendo realizadas com o DAEE e a Cetesb. Em relação aos projetos
37 aprovados na plenária como demanda induzidas em 2008, destacamos que o Estudo de
38 Viabilidade da Cobrança foi aprovado pelo Agente Técnico e foi para Agente Financeiro
39 visando assinatura de contrato. Em relação ao outro Projeto Cadastro da Cobrança
40 encontra-se com Agente Técnico avaliando o Termo de Referência – TR. Disse sobre o
41 cronograma de trabalho, que entre "fevereiro-março o GT-Cobrança deverá concluir os
42 mecanismos da cobrança CBH-AT com a proposta final que será enviado para CTPG e
43 Plenária para apreciação e para aprovação, no máximo até abril/2009. Considerando os
44 termos da deliberação CRH 63/2006, teremos que apresentar o estudo da viabilidade da
45 cobrança até 10/06/09, para apreciação e aprovação pelo CRH, assim partiríamos para o ato
46 convocatório no segundo semestre e no último trimestre trabalharemos na emissão do boleto
47 e início da cobrança."Segundo as solicitações da plenária, esclareceu ainda que além do
48 contato com os Comitês que já implantaram a cobrança, todo material de apoio ao GT-
49 Cobrança tratada dos trabalhos desenvolvidos pelos Comitês PCJ e PS. Foram

50 disponibilizados os membros do GT visando subsidiar a tomada de decisão, e ainda,
51 ressaltou que o ato convocatório prevê a retificação ou ratificação, ou ainda, a inclusão dos
52 dados pelos usuários não outorgados, que terão prazo para a regularização junto ao DAEE,
53 e destacou que haverá seis meses de ampla divulgação do processo, que serão “trabalhado
54 a negociação com os usuários/setores e apresentação da simulação dos resultados para
55 fazer a previsão da cobrança, mas não temos ainda os coeficientes para fazer a simulação
56 neste momento do que será cobrado em 2009.” Também está programado a discussão mais
57 setorizada com os Subcomitês, uma discussão pública, onde inclusive a entidade
58 Fiesp/Ciesp se dispôs a fazer as reuniões setoriais utilizando sua estrutura descentralizada,
59 “com as prefeituras termos que fazer essa agenda, ainda não foi conversado”. Hélio Luiz
60 Castro, (Sabesp) disse “Acho que vale deixar uma brecha para que possa ser pago no ano
61 seguinte, considerando a previsão orçamentária das Prefeituras.” Rocco salientou que o
62 presidente do CBH-AT já entregou ao CRH em 17.12.2007 e foi aprovado o início da
63 cobrança do CBH-AT em 2009. Continuando as informações dos trabalhos desenvolvidos, o
64 Eduardo Trani (Coordenador da CTPG) disse que na CT avaliaram os EIA/Rimas dos dutos
65 da Petrobrás e do empreendimento Vila Florestal. Com relação ao GT-Plano, a professora
66 Mônica Porto iria fazer a apresentação do estágio do Plano da Bacia, e já haviam
67 programado uma terceira reunião convidando também os Subcomitês e a Agência da Bacia
68 e demais interessados. Do GT-Leis Específicas, foi encaminhado o Projeto da Lei Específica
69 APRM-Billings para Assembléia Legislativa, e no dia 09/10 haveria a deliberação sobre os
70 encaminhamentos e por fim informou que o grupo da Secretaria Executiva da Câmara
71 Técnica tem se reunido para discutir a forma de seleção dos projetos FEHIDRO/2009. Edson
72 Andrigueti (relator da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental) informou as últimas
73 atividades da CT: encaminharam propostas para que o Plano da Bacia pudesse considerar
74 as questões de reenquadramento dos corpos d’água conforme recomendações à plenária na
75 reunião do Comitê de 10/05 e posteriormente “fizemos entendimentos com a professora
76 Mônica Porto dessas possibilidades e colocar a tarefa ou as atividades de reenquadramento
77 no próprio Plano. Nossas sugestões para o Plano da Bacia vão ser consideradas, no sentido
78 de diretrizes para o reenquadramento” e disse sobre a necessidade da integração do
79 Programa Córrego Limpo ao Plano da Bacia. Na sequência pelo item 6 da pauta a
80 professora Mônica Porto iniciou a apresentação das diretrizes do plano de ações para CBH-
81 AT, cuja íntegra encontra-se na Ata Completa. Apresentamos uma resenha de alguns
82 aspectos levantados: a primeira fase do trabalho foi o diagnóstico analítico da bacia, disse,
83 “fizemos um esforço e a razão principal era para que a situação atual que chamamos de
84 diagnóstico analítico de fato fosse uma base consistente para o plano de ação”, “quando
85 começamos o diagnóstico desse plano foi muito interessante porque apesar de que ainda
86 teremos essa questão de fundo, da dinâmica urbana, e nada mudou, do outro, Plano para
87 cá, a problemática continua a mesma, os desafios continuam os mesmos, mas nesse plano
88 a evolução do próprio sistema de gestão, do sistema de informação, foi capaz de nos
89 mostrar com muita clareza que o problema da escassez da água na bacia, apesar de todos
90 sabermos dessa escassez, comparando os dados do Plano anterior, apesar do problema de
91 banco de dados, do sistema de informação, do cadastro de outorga, não conseguimos de
92 fato apontar as áreas de escassez hídrica, os conflitos na bacia, os conflito entre usos, e em
93 que locais, e isso foi feito nesse “diagnóstico agora”, e essa para mim é uma das coisas mais
94 relevantes que fizemos agora como resultado desse diagnóstico. Nesse novo Plano
95 conseguimos de fato fazer um diagnóstico preciso e que nos vai dar bons subsídios para
96 lidar com essa escassez, fato amplamente conhecido, mas não conhecido no detalhe a
97 ponto de estar no plano de ação. Acho que esse é o mote desse plano, a escassez hídrica
98 da bacia”, “gostaríamos, por exemplo, que a bacia tivesse disponibilidade hídrica para
99 atender o setor de abastecimento público durante 95% do tempo, essa é uma garantia
100 comum usada no setor de recursos hídricos, que fosse suficiente para que os sistemas

101 produtores atuais pudessem garantir uma vazão suficiente para abastecimento da população
102 durante 95% do tempo.”E disse que para gerenciar, por exemplo, esses conflitos “...nossa
103 atitude tem que ser diferente, na verdade temos que fazer um esforço para de fato outorgar
104 todos os usos, trazer todo mundo para dentro do sistema para podermos começar a
105 negociar, gestão de demanda, plano de contingência...” que “o plano de ação é um grupo de
106 ações que permitem à bacia enfrentar esses problemas que foram elencados, só que temos
107 que fazer uma observação, esse grupo de ações, podem ser subdivididos em dois grupos,
108 um primeiro grupo que está diretamente sobre a responsabilidade do CBH-AT e da Agência,
109 as ações que serão feitas com os recursos da cobrança, que está 100% na mão do sistema
110 de recursos hídricos decidir sobre elas e se vai investir ou não nessas ações, e existe o
111 segundo grupo de ações que estão sob responsabilidade dos demais agentes: municípios,
112 serviços de saneamento, etc., (...) uma ação pode ser um estudo, projeto ou uma obra (...).
113 O plano de ação se subdivide nas áreas de disponibilidade hídrica, qualidade da água,
114 drenagem urbana, melhoria institucional e melhoria da gestão. O plano de contingência, são
115 os tais dos 5% do tempo onde não conseguimos atender todo mundo, nós também vamos
116 fazer diretrizes...” Após a apresentação houve ampla participação do plenário, por exemplo
117 com Eduardo Raccioppi (Instituto Aruanda e Vice-Presidente do Subcomitê Billings-
118 Tamandateí), Renato Augusto Abdo (Sindicato Rural de Mogi das Cruzes), Sandra (P.M de
119 Santo André), Bonfílio Alves (IPEH), Romildo de Pinho Campello (Fiesp), Edson José de
120 Barros P.M (Guarulhos), Maria Del Carmem Adsuara (P.M Santana do Parnaíba), Sérgio
121 Gazal (P.M de Itapeverica da Serra), Neuza Marcondes (CRHi), Márcia Nascimento
122 (SMA/CEPLEA), Rui Brasil Assis (SSE), Sadalla Domingos (ABES), onde mediante essas e
123 outras considerações a Professora Mônica Porto disse, “não há fórmula para expansão da
124 oferta dentro da bacia, a expansão da oferta obrigatoriamente sai da bacia (mas) podemos
125 criar por exemplo incentivos, municípios que queiram controlar áreas de várzea, a expansão
126 de suas áreas sobre os mananciais, impermeabilização etc, que podem ser incentivados por
127 exemplo com programas originados pelos recursos da cobrança, não podemos fazer nada
128 mais do que um programa de incentivos porque não é de sua competência legal e essa é a
129 grande importância do um terço da participação municipal,” mas agora com uma explicitação
130 melhor dos dados o Comitê possui um instrumento melhor de negociação, disse também
131 que o plano de ação está sendo desenvolvido conjuntamente com o GT-Plano, e a parte do
132 contexto institucional e legal ainda vai ser trabalhada e depois será levado para discussão
133 junto ao Comitê, e quanto aos temas como resíduos sólidos, e mesmo, uso e ocupação do
134 solo, o setor de recursos hídricos não têm possibilidade de atuação direta, mas poderia
135 haver mecanismos de incentivos, já com relação as águas subterrâneas praticamente
136 ficamos estacionados nos números de outorgas concedidas pelo DAEE nos últimos tempos,
137 e todo estudo de águas subterrâneas na RMSP é muito prejudicado pela ausência de dados
138 e pelo cadastro pequeno de outorgas deste uso. Sobre a educação ambiental, está no
139 programa, “agora, a gestão de demanda é muito mais que educação ambiental, educação
140 ambiental por mais importante que seja é uma pequena parte da gestão de demanda, vai
141 haver uma provisão para investimentos em educação ambiental, mas tem que haver
142 investimento muito grande em gestão de demanda de fato...”, “devemos entregar para bacia
143 o mínimo de informações dessa natureza, uma série de cartas georreferenciadas, outorgas,
144 enfim, uma série de coisas já prontas que o plano elencou e vai ser entregue para Comitê e
145 a Agência na forma de um sistema de informações”, também disse que de maneira alguma o
146 plano propunha-se a apontar culpados, e segundo os questionamentos do representante da
147 P.M Itapeverica da Serra, disse que haveria possibilidade de implantar sistemas isolados de
148 coleta e tratamento, e a apresentação foi encerrada e o Secretário Executivo salientou que
149 na verdade existe monitoramento de qualidade das águas subterrâneas, convidando a todos
150 para que conhecessem no site da Cetesb. Sadalla Domingos solicitou que a CTSA deveria
151 também ser um fórum de discussão do Plano da Bacia ao lado da CTPG. O Presidente

152 ponderou que o tema era interessante, disse “nos prontificamos a marcar uma reunião, só a
153 mesa mais os Coordenadores, durante a semana, e trataríamos desse assunto.”, houve a
154 concordância dos membros. Eduardo Trani disse que o GT-Plano, como parte da CTPG,
155 convidaria todos os membros das quatro Câmaras Técnicas para participar da reunião com a
156 professora Mônica. Pelo Item nº 07 da pauta, Deliberação que regulamenta as ações da
157 CTPG em referência à Resolução SMA 54/08 que “Estabelece procedimentos para o DAIA
158 receber contribuições/sugestões técnicas dos Comitês de Bacia para análise de EIA e
159 respectivo RIMA”, o Secretário Executivo Minelli fez a apresentação. Novamente o plenário
160 participou ativamente da discussão em pauta, como por exemplo Bonfílio Alves que
161 considerou muito bem-vinda a regulamentação, e sugeriu como redação “medidas
162 mitigatórias e compensatórias adicionais” e em termos da divulgação que deveria ser
163 informado à todos os membros do Comitê que os respectivos EIA/Rima se encontravam em
164 análise na CTPG. A partir de então houve amplos debates, basicamente concentrados em
165 questões referentes se o fórum adequado seria a CTPG ou o Plenário do CBH-AT, da
166 necessidade pragmática, e da dificuldade, para obtenção de quórum, assim, Amauri Polachi
167 (SSE e Secretário Executivo do SCBH-CG) propôs que a participação dos Secretários
168 Executivos seria apenas dos Subcomitês que fossem afetados pelo empreendimento,
169 também houve amplo debate se era de fato relevante o Comitê manifestar-se com
170 recomendações ao órgão licenciador/DAIA. Por fim, o Presidente retirou a proposta,
171 solicitando que fosse novamente apreciada e apresentada com um novo texto em
172 conformidade com os anseios do Plenário. Pelo 8º. Item de pauta, Deliberação sobre a
173 aprovação das recomendações a serem considerados no processo de análise do EIA/Rima
174 do projeto Vila Florestal de Cotia do Alphaville Urbanismo, Bonfílio Alves solicitou a inclusão
175 de suas sugestões, no item D “apresentar as alternativas para a pavimentação, e construção
176 de passeios”, no item F, “apresentar propostas quanto a condicionantes de movimentação e
177 conservação do solo durante a implantação do empreendimento e nas fases de edificação
178 das unidades loteadas no que se referem à proteção de várzea, preservação e contenção de
179 assoreamento de corpos d’água.” Sadalla Domingos disse “Tudo isso que está aqui de uma
180 forma vaga, poderia ter maior concretude, maior especificidade técnica, maior ilustração,
181 poderia informar mais, ao processo de licenciamento, se passasse na CTSA e isso gostaria
182 de dizer, me coloco à disposição de fazer isso.” Na sequência, não havendo consenso e pelo
183 adiantado da hora o Presidente suspendeu a reunião. Os itens não votados e apreciados
184 seriam pautados para a próxima reunião. Assim, aos quatorze dias de outubro de 2008, às
185 09h, reuniram-se na sede da Secretaria de Meio Ambiente, situado à Av. Prof. Frederico
186 Hermann Júnior, 345, Auditório Augusto Ruschi, município de São Paulo-SP, os membros
187 do CBH-AT, representantes e convidados, para tratar da continuidade da pauta, conforme
188 estabelecido no Ofício de Convocatória – Plenária CBH-AT, nº 66/08 – Sec. Exec./CBH-AT.
189 O Secretário Executivo Marcelo de Souza Minelli deu as boas vindas saudando a todos e
190 abrindo os trabalhos comunicou que Horácio Zucolo Coordenador da Câmara Técnica de
191 Drenagem convocava todos para participação de reunião na Câmara no dia 04/11. Em pauta
192 a a proposta para regulamentar as ações da CTPG em referência à Resolução SMA 54/08
193 que estabelece procedimentos para o DAIA receber contribuições/sugestões técnicas dos
194 Comitês de Bacia para análise de EIA e respectivo RIMA”, em relação a proposta de
195 deliberação com a incorporação das sugestões da reunião anterior:
196 I - “no artigo 3º, item III incluído o pedido do membro Bonfílio Alves (IPEH) medidas
197 mitigatórias e compensatórias adicionais. No artigo 4º apresentado nova redação: A
198 coordenação da CTPG deverá convidar os Coordenadores das Câmaras Técnicas do
199 Comitê para a participação na manifestação sobre o EIA/Rima em apreciação do Comitê de
200 Bacia de acordo com o tema apresentado. No artigo 5º ficou definido que “a Coordenação da
201 CTPG deverá convidar o Presidente, Vice-presidente, Secretário Executivo e Coordenador
202 da Câmara Técnica de Planejamento dos Subcomitês situados na área de influência do

203 empreendimento do EIA/Rima em apreciação para participação e manifestação sobre
204 documento. No artigo 6º definido que A CTPG fará a realização das reuniões cuja pauta
205 conste empreendimentos sujeitos a manifestação dos termos da Resolução SMA 54/08 e
206 procederá da seguinte maneira: inciso I - A CTPG deverá realizar a reunião para apreciação
207 e manifestação sobre EIA/Rima do empreendimento, colocando na pauta a previsão da
208 apresentação do empreendedor e do responsável pela elaboração do estudo. Inciso II - A
209 CTPG com apoio da SE-CBH-AT irá disponibilizar aos membros da Câmara o conteúdo do
210 Relatório de Impactos Ambiental - Rima previamente para apreciação antes da reunião
211 agendada. Inciso III - As apresentações do EIA/Rima na reunião da CTPG serão de
212 responsabilidade da(s) empresa(s) executora(s) do empreendimento, bem como da(s)
213 empresa(s) responsável pela elaboração dos documentos mencionados. Inciso IV - A CTPG
214 deverá realizar a reunião ordinária ou extra-ordinária para apreciação do EIA/Rima
215 considerando o seu quorum regimental, e Inciso V - A CTPG manifestará suas
216 recomendações sobre o empreendimento por meio de parecer técnico que será submetido à
217 apreciação da plenária do CBH-AT. Foram criados os artigos 7º e 8º onde descrevem que: -
218 Em reuniões ordinárias ou extraordinárias convocadas para tal fim à plenária do CBH-AT
219 deliberara pela ratificação ou retificação do parecer elaborado pela CTPG, e, - Em prazo
220 máximo de 60 dias, previstos na resolução, a Secretaria Executiva encaminhará o resultado
221 da apreciação da plenária, ou a informação de que decorrido o prazo estabelecido da
222 resolução não houve consenso quanto as recomendações a que se referem os artigos 2º e
223 3º desta resolução.” **O Secretário Executivo colocou em votação, a Deliberação que foi**
224 **aprovada por unanimidade.** Em discussão a Deliberação de 14/10/2008 que “Dispõe sobre
225 a aprovação das recomendações a serem consideradas no processo de análise do EIA rima
226 do projeto Vila Florestal de responsabilidade da empresa Alphaville Urbanismo S.A.” com a
227 inclusão das sugestões do membro Bonfílio Alves (IPEH), no item D “apresentar as
228 alternativas para a pavimentação, e construção de passeios”, no item F, “apresentar
229 propostas quanto a condicionantes de movimentação e conservação do solo durante a
230 implantação do empreendimento e nas fases de edificação das unidades loteadas no que se
231 referem à proteção de várzea, preservação e contenção de assoreamento de corpos
232 d'água.” **O Secretário Executivo colocou em votação, e a Deliberação foi aprovada por**
233 **unanimidade.** Os itens de pauta, Deliberação que “Dispõe sobre a expressa delegação do
234 CBH-AT ao Subcomitê Cotia-Guarapiranga para que atue como órgão colegiado do sistema
235 de gestão da APRM-Guarapiranga e dá outras providências”, e a Moção de Apoio para que
236 a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito d CBH-AT seja efetuada no ano de
237 2009, **foram encaminhados para nova análise na CTPG, devendo voltar ao plenário na**
238 **reunião agendada para 28/10/2008.** Nelson Pedroso (AGDS) solicitou a manutenção do
239 procedimento de envio para a CTPG dos documentos encaminhados ao Comitê. **Foram**
240 **indicados como representantes no Conselho Fiscal da Fundação Agência da Bacia**
241 **Hidrográfica do Alto Tietê : pelo segmento Governo do Estado de São Paulo Nádia**
242 **Helena de Barros Azevedo representante da Secretaria da Fazenda, segmento**
243 **municípios como titular Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria da Habitação**
244 **e para a suplência o Consórcio Intermunicipal do Grande ABCD, e pelo segmento**
245 **Sociedade Civil Organizada como titular Associação Paulista dos Consultores em**
246 **Meio Ambiente e para a suplência Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-**
247 **Fiesp,** sendo que estes segmentos deveriam indicar na mesma data por meio eletrônico o
248 nome de seus respectivos representantes. Cumprida a pauta dos trabalhos, o Secretário
249 Executivo agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Maria
250 Emília Botelho, como Secretária Executiva-Adjunta, coordenei a elaboração da presente Ata,
251 que está em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião.